

Perspectivas decoloniais nos cursos de Licenciatura em Música da região

Centro-Oeste

Comunicação

GTE 13 – Ensino Superior de Música

Tálio Vítor de Lima Lourenço

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

taliovitor@alu.uern.br

Aurielle Rodrigues da Silva

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

auriellerodrigues@alu.uern.br

Elany Santos Sousa

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

elany20240010896@alu.uern.br

Renan Colombo Simões

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

renancolombo@uern.br

Resumo: A presente pesquisa consiste em um estudo comparativo entre os currículos das Licenciaturas em Música, na modalidade presencial, de graduações oferecidas por IES públicas dos estados da região Centro-Oeste do Brasil (Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul) e do Distrito Federal. A pesquisa é de natureza documental, fundamentada por Malheiros (2011) e Marins e Theóphilo (2009). Sacristán (2000) nos fundamenta acerca do currículo na prática. Conhecer e entender os ideais de formação de professores de Música ofertados pelas universidades e institutos públicos, preconizados por seus valores, objetivos de aprendizado, organização de conteúdos, práticas pedagógicas e estratégias de avaliação, é fundamental para o constante desenvolvimento e melhoria de nossa graduação. Este projeto é uma continuação de três projetos PIBIC, que trataram sobre as características e concepções de cursos de Licenciatura em Música nas regiões Nordeste e Norte.

Palavras-chave: Licenciatura em Música; Currículo; Decolonialidade.

Introdução

A Licenciatura em Música é um curso multifacetado que forma profissionais para atuar em diversas áreas musicais, exigindo uma abordagem integrada com outras áreas do saber. Seu currículo deve considerar os marcadores histórico-culturais da colonialidade, que impuseram uma visão eurocêntrica e hierarquizante da música, marginalizando expressões locais e populares. Diante disso, é necessária uma perspectiva decolonial que valorize as diversidades culturais latino-americanas e promova justiça social e inclusão.

A construção dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP) deve ultrapassar a organização de conteúdos, incorporando uma crítica às relações de poder no campo musical e fomentando práticas subalternizadas. Essa abordagem visa formar profissionais reflexivos e transformadores. A análise dos currículos de instituições públicas é fundamental para compreender como tais princípios estão sendo aplicados nas diferentes realidades regionais.

Este trabalho, quarta etapa de uma pesquisa de iniciação científica iniciada nas regiões Norte e Nordeste, analisa os currículos presenciais de Licenciatura em Música de instituições públicas do Centro-Oeste (UFG, IFG, UFMT e UFMS), com base nas perspectivas decoloniais de Queiroz (2020) e na concepção de currículo de Sacristán (2000). A Universidade de Brasília foi excluída do estudo por ausência de ementas nos documentos disponíveis. A seguir, serão apresentados os métodos utilizados, os fundamentos teóricos, os resultados e as conclusões da investigação.

Metodologia

Para alcançar seus objetivos, esta pesquisa adota uma abordagem documental, caracterizada pelo uso de documentos como fontes de dados e evidências (Martins; Theóphilo, 2009, p. 55). Segundo Malheiros (2011), trata-se de um estudo baseado em materiais já produzidos e que não receberam tratamento científico, sendo compostos por informações sistemáticas de caráter visual, escrito ou oral, armazenadas de forma durável. Esse tipo de pesquisa é indicado quando se pretende analisar, criticar ou compreender um fenômeno com base em documentos (Malheiros, 2011, p. 86).

Nesta investigação, as fontes utilizadas foram os Projetos Político-Pedagógicos (PPC) dos cursos presenciais de Licenciatura em Música ofertados por Instituições de Ensino Superior públicas dos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e do Distrito Federal. A escolha criteriosa dessas fontes e a delimitação clara do tema foram fundamentais para o desenvolvimento do trabalho, que possui caráter descritivo ao apresentar objetivos, procedimentos metodológicos e resultados da análise documental.

Currículo

Esta pesquisa adota uma concepção de currículo como construção histórica e cultural de práticas educativas. Fundamentada em Sacristán (2000) e autores como Rule, Grundy e Schubert, a noção de currículo é entendida como um projeto seletivo de cultura, condicionado por fatores sociais, políticos e institucionais, e realizado nas condições concretas da escola (Sacristán, 2000, p. 19). Trata-se de um conjunto de experiências planejadas que visam promover transformações significativas nos estudantes.

Segundo Sacristán (2000, p. 17), o currículo expressa a função socializadora da escola, sendo um instrumento fundamental da prática pedagógica e diretamente vinculado à profissionalização docente. Não se limita a conteúdos estanques, mas configura-se como diretriz pedagógica materializada em projetos e experiências de ensino (Sacristán, 2000, p. 4). Sua efetividade depende das condições políticas, administrativas e institucionais em que se realiza, o que inclui a presença de currículos paralelos ou ocultos (Sacristán, 2000, p. 20).

O currículo deve ser analisado como um campo prático em que se cruzam múltiplas determinações — pedagógicas, políticas, administrativas e inovadoras (Sacristán, 2000, p. 17). Essa perspectiva, influenciada pela visão ecológica de Schubert (1986), reconhece o currículo como elemento em constante configuração, moldado por suas inter-relações contextuais (Sacristán, 2000, p. 7). Assim, ele é simultaneamente método e conteúdo, consolidando-se como eixo da profissionalização docente, da assimilação cultural e da transformação da escola (Sacristán, 2000, p. 24).

Colonialidade e perspectivas decoloniais no ensino superior

Antes de se abordar a decolonialidade no ensino de música, é necessário compreender a colonialidade como estrutura subjacente à modernidade ocidental. Para Mignolo (2017, p. 2), ela constitui a lógica histórica que sustenta a civilização ocidental desde o Renascimento, sendo os colonialismos apenas uma de suas dimensões. Queiroz (2020) entende a colonialidade como a imposição hegemônica de conhecimentos, valores, comportamentos e práticas de determinadas culturas sobre outras, exercendo poder de dominação simbólica e material. Desde o século XVI, essa lógica representa a ascensão da Europa e a imposição de sua história e modos de vida como universais. Como afirma Maldonado-Torres (2007), essa lógica permanece viva em materiais didáticos, na cultura, nas formas de produção acadêmica, nos valores sociais e na autoimagem dos povos. Além disso, implicou a concentração de riquezas nas mãos das elites europeias, provocando desigualdades estruturais (Quijano, 2007).

No campo da música, essa dominação se manifesta na institucionalização de um ideal de “boa cultura” centrado na música erudita europeia até o século XIX, consolidando um modelo elitista e excludente. Esse processo implicou a marginalização e o apagamento de práticas musicais locais, por meio de epistemicídios — formas de violência simbólica que relegam culturas inteiras à subalternidade (Queiroz, 2020). Diante disso, a decolonialidade se apresenta como alternativa pedagógica e política que visa romper com a herança colonial na formação musical superior. Queiroz (2020) propõe a ampliação dos referenciais curriculares, de modo a incorporar as múltiplas expressões sonoras brasileiras e latino-americanas, como as músicas afro-brasileiras, indígenas e populares, promovendo uma educação musical plural, contextualizada e socialmente engajada.

Segundo o autor, o ensino de música deve reconhecer que a colonialidade despossuiu os brasileiros de suas formas próprias de criar, ensinar, interpretar e viver a música. Por isso, é urgente problematizar a hegemonia da música erudita europeia e reconstruir os critérios de valor estético e formativo, valorizando a diversidade cultural como eixo do currículo. Isso exige novos modelos pedagógicos que rompam com a fragmentação disciplinar herdada dos conservatórios europeus, reconhecendo outras formas de transmissão musical presentes nas comunidades brasileiras.

Além disso, Queiroz (2020) aponta a necessidade de incorporar a criação como fundamento da ação educativa decolonial, articulando experimentação sonora, pesquisa ativa e a escuta das múltiplas maneiras de fazer música no mundo. A pesquisa, nesse contexto, não deve ser mera reprodução de saberes legitimados, mas uma prática formativa voltada à produção de conhecimento a partir da realidade dos sujeitos. Dessa forma, a música passa a ser compreendida como fenômeno amplo, ligado à ética, à justiça social e à transformação da vida, e não como mero objeto técnico ou estético destinado ao deleite de elites.

Discussão das ementas dos cursos

Com base nas perspectivas decoloniais apontadas por Queiroz (2020), foi analisado o ementário das disciplinas ofertadas pelos cursos de música da UFMS, UFG, IFG e UFMT. Nas ementas analisadas, buscou-se por palavras ou expressões que remetessem à cultura popular brasileira, à inclusão, à preservação da cultura local e ao incentivo do estudo da música brasileira. Além desses aspectos, foram analisadas as referências bibliográficas dos componentes aparentemente decoloniais para verificar se há concordância entre a bibliografia e a proposta da disciplina.

Curso de Música da UFMS

A proposta decolonial formulada por Queiroz (2020), ao questionar a colonialidade do saber, exige uma reconfiguração profunda dos currículos acadêmicos, sobretudo nos cursos de formação musical. Essa reconfiguração abrange tanto o repertório quanto as formas de ensinar, aprender e conceber a música. O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em Música da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2019) evidencia esse movimento, ainda em construção, por meio de disciplinas que incorporam valores éticos, políticos e culturais alinhados à decolonialidade.

As disciplinas Arranjo e Criação Musical I e II representam uma ruptura com o paradigma exclusivo da música erudita europeia, ao integrarem repertórios oriundos de tradições populares. Tal inclusão amplia o horizonte criativo dos discentes e reconhece saberes musicais periféricos e locais como legítimos, conforme a proposta de Queiroz (2020) de contestar os processos de exclusão que marcam o projeto colonial.

A presença de temas como justiça social, sustentabilidade e direitos humanos em disciplinas como Aspectos Cognitivos e Psicológicos da Educação Musical, Banda de Música, Ensino Musical I–IV, Ensino de Música para Idosos, Metodologias de Ensino Musical I e II, Música na Educação Básica I e II e Introdução à Educação Musical revela uma abordagem da música como prática emancipatória, e não apenas técnica ou estética. Nessa perspectiva, a educação musical se vincula diretamente aos princípios éticos e sociais propostos pela decolonialidade.

Disciplinas como Música Brasileira I e II e Literatura Musical Aplicada I–IV enfatizam a escuta crítica e a contextualização sociopolítica da produção musical nacional e latino-americana. Ao questionar as narrativas eurocentradas da história da música, essas disciplinas contribuem para a formação de uma consciência crítica quanto à diversidade cultural e histórica da música.

A prática musical é também tratada com pluralidade: disciplinas como Canto I–VIII, Instrumento Musical/Canto I–VIII, Instrumento Musicalizador I e II, Música de Câmara e Prática em Conjunto I–VIII acolhem repertórios populares e urbanos, promovendo o diálogo entre diferentes tradições e tensionando a hegemonia do cânone erudito. Essa abertura amplia o repertório formativo e permite a valorização de experiências musicais diversas.

A inclusão de Introdução à Etnomusicologia e Introdução à Sociologia da Música confere ao currículo ferramentas epistemológicas e críticas essenciais. Enquanto a Etnomusicologia favorece o estudo das culturas musicais em suas particularidades, a Sociologia da Música permite compreender o campo musical como atravessado por disputas de poder, exclusão e resistência – elementos centrais para a formação de um profissional consciente das dinâmicas sociais que envolvem a música.

As Oficinas de Produção e Montagem Musical reforçam essa abordagem crítica ao incentivar o protagonismo discente em projetos de criação e performance. Essa prática rompe com a reprodução de modelos europeus, privilegiando a dramaturgia, a pesquisa e a criação colaborativa como eixos da formação artística.

Complementarmente, disciplinas como Educação das Relações Étnico-Raciais, Políticas Educacionais e Estudo de Libras ampliam o escopo da formação ao problematizarem as desigualdades estruturais, o preconceito racial e a necessidade de uma educação inclusiva e

acessível. Ao integrarem essas discussões ao currículo musical, essas disciplinas fornecem subsídios para uma prática pedagógica antirracista, democrática e voltada à dignidade de todos os sujeitos.

Em conjunto, o currículo da UFMS reúne diversas práticas musicais, áreas do conhecimento e um discurso ético comprometido com os direitos humanos e a justiça social. Conforme propõe Queiroz (2020), a superação dos epistemicídios históricos exige a valorização de modos de viver, ensinar e fazer música que emergem das culturas afro-brasileiras, indígenas, populares, urbanas e latino-americanas. Nesse sentido, o PPC do curso da UFMS configura-se como um terreno fértil para a construção de uma pedagogia musical decolonial, crítica e transformadora, alinhada à pluralidade e complexidade cultural do Brasil.

Curso de Música da UFG

O Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Música da Universidade Federal de Goiás (Universidade Federal de Goiás, 2019) apresenta um conjunto de disciplinas que revela um esforço articulado para promover uma formação musical crítica, plural e alinhada aos ideais decoloniais. Esse compromisso se manifesta em componentes curriculares que questionam a centralidade da música erudita europeia e valorizam práticas musicais historicamente marginalizadas, a partir de uma perspectiva comprometida com a diversidade cultural e a transformação social.

As disciplinas Cultura Musical Brasileira 1 e 2, História da Música no Brasil e Prática de Música Antiga são fundamentais nesse processo ao abordarem a música brasileira por meio de estudos culturais. Elas exploram o hibridismo, a circularidade e as apropriações entre tradições afro-brasileiras, indígenas e eruditas, priorizando repertórios históricos locais e latino-americanos, inclusive os produzidos em contextos coloniais como Minas Gerais e Goiás. Assim, contribuem para a desconstrução da hierarquia que tradicionalmente privilegia repertórios europeus em detrimento das expressões musicais locais.

A valorização da música popular também é evidenciada em disciplinas práticas como Harmonia Funcional Aplicada, Piano Popular e Improvisação 1, que deslocam o foco exclusivo da técnica erudita e favorecem abordagens mais abertas e contemporâneas. Juntamente com as Oficinas de Criação 1 e 2, essas disciplinas promovem a experimentação sonora com

instrumentos alternativos, práticas corporais e linguagens não convencionais, afirmando uma pedagogia musical voltada à criatividade, à escuta ativa e à ruptura com os modelos normativos.

No campo da pedagogia, as disciplinas Fundamentos da Didática da Música 1 e 2, Fundamentos da Arte-Educação 1, Métodos Ativos 1 e 2 e Cultura, Currículo e Avaliação em Música 1 e 2 propõem uma reflexão crítica sobre o ensino musical à luz da realidade brasileira. Elas questionam a importação acrítica de modelos pedagógicos estrangeiros e propõem alternativas sintonizadas com as culturas locais e com os desafios da inclusão, assumindo a educação musical como prática ética e socialmente engajada.

Essa dimensão ética se fortalece nas disciplinas Pós-modernidade, Ética e Educação e Estágio Supervisionado 1 a 3, principalmente quando direcionadas a contextos não escolares e espaços alternativos de ensino. Nessas experiências, a formação docente é vinculada à atuação em comunidades diversas e periféricas, o que possibilita a construção de vínculos com saberes historicamente silenciados e reafirma o papel transformador da educação musical.

As interfaces interdisciplinares também desempenham papel relevante na formação. Disciplinas como Fundamentos Filosóficos e Sócio-Históricos da Educação, Políticas Educacionais Brasileiras, Produção Cultural I e II e Tópicos Especiais em Artes, Educação e Saúde permitem uma leitura crítica das políticas públicas e dos determinantes sociais que afetam a educação e a cultura. Já a disciplina Introdução aos Estudos Culturais, ao discutir teorias da cultura e o conceito de culturas híbridas, contribui para a desconstrução de narrativas únicas e eurocentradas na história da arte e da música.

Além disso, disciplinas como Introdução à Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS cumprem função estratégica ao incorporar perspectivas inclusivas, reconhecendo as especificidades linguísticas e culturais de sujeitos historicamente marginalizados. Dessa forma, contribuem para o projeto decolonial ao combater exclusões e epistemicídios que atravessam o ensino musical tradicional.

Em síntese, o curso de Licenciatura em Música da UFG apresenta um conjunto curricular que dialoga com os fundamentos teóricos da decolonialidade e, mais do que isso, propõe práticas pedagógicas concretas em direção a uma formação musical crítica, inclusiva e socialmente transformadora. A presença de tais disciplinas representa um avanço

significativo na construção de um currículo mais justo, representativo e coerente com as realidades culturais brasileiras (Universidade Federal de Goiás, 2019).

Curso de Música do IFG

Com base nas ementas do PPC do curso de Licenciatura em Música do Instituto Federal de Goiás (2018), destacam-se disciplinas que refletem um alinhamento claro com os princípios da perspectiva decolonial. A disciplina Educação para as relações étnico-raciais é um dos pilares dessa orientação, pois aborda diretamente as culturas afro-brasileira e indígena, promovendo práticas pedagógicas interétnicas e interculturais que rompem com paradigmas coloniais. Essa preocupação dialoga com Introdução à Etnomusicologia, que expande o repertório e a escuta musical para além da tradição europeia, valorizando expressões indígenas, tribais e populares e compreendendo a música como um código sociocultural vinculado a relações de poder e identidade.

A perspectiva crítica se aprofunda nas disciplinas Filosofia da Educação e Sociologia da Educação, que possibilitam o questionamento das bases estruturais da educação, evidenciando como sistemas de ensino foram moldados por estruturas políticas e culturais excludentes e coloniais. Essas disciplinas preparam o estudante para uma atuação docente socialmente engajada.

A inclusão da Libras e o foco na educação inclusiva nos Estágios Supervisionados ampliam o entendimento da diversidade, reconhecendo sujeitos historicamente marginalizados. Isso se reforça nas disciplinas de Musicalização e Ensino Coletivo, que adotam práticas pedagógicas democráticas e coletivas, incentivando a escuta sensível e a vivência musical em contextos sociais heterogêneos, frequentemente invisibilizados pelos modelos tradicionais.

Disciplinas como Fundamentos da Arte Educação, Didática em Música e Métodos e Técnicas do Ensino da Música I e II promovem práticas educativas contextualizadas, problematizando o ensino musical formal e rompendo com o modelo eurocêntrico conservatorial. Isso permite a valorização de práticas musicais diversas, incluindo aquelas oriundas de espaços populares e comunitários.

Por fim, a disciplina História da Música Brasileira incorpora as influências indígenas e africanas, além do contexto social e político da produção musical nacional, contribuindo para a reescrita plural e crítica da história da música no Brasil — um elemento central da proposta decolonial.

Em síntese, o currículo do IFG demonstra uma abertura significativa para o diálogo com a decolonialidade, articulando a prática musical aos contextos sociais e culturais dos sujeitos brasileiros, o que favorece uma educação musical crítica, plural, inclusiva e comprometida com a transformação social, rompendo padrões elitistas e monoculturais ainda presentes no ensino da Música no país (Instituto Federal Goiás, 2018).

Curso de Música da UFMT

O PPC do curso de Música da Universidade Federal de Mato Grosso (2022) evidencia um compromisso sólido com a perspectiva decolonial, buscando superar paradigmas eurocêntricos e integrar a diversidade cultural, social e musical brasileira e global. Disciplinas como Canto Coral I e II incorporam repertórios folclóricos e regionais brasileiros e portugueses, desafiando a hegemonia da música erudita ocidental e valorizando tradições populares, em consonância com a crítica decolonial aos cânones impostos. A disciplina Criação para a Educação Musical destaca a experimentação sonora e cultural, alinhando-se à proposta de Queiroz (2020), que valoriza a criação musical como elemento central para pensar a música em seus múltiplos contextos.

A reflexão crítica sobre metodologias de ensino está presente em Didática Aplicada e Didática em Educação Musical II, que valorizam a diversidade metodológica e o conhecimento produzido nacionalmente, rompendo com a reprodução acrítica de modelos estrangeiros. O compromisso com a inclusão social se manifesta em disciplinas como Educação Musical e Inclusão Social, Libras e Educação Musical, Deficiências e Inclusão, que ressaltam a ética, a justiça social e o combate à exclusão cultural e educacional.

A valorização da diversidade étnico-racial e cultural é abordada em Elementos de Cultura e Arte, que trata das relações étnico-raciais, e em Etnologia, voltada ao estudo das culturas indígenas brasileiras. Estas disciplinas dialogam com a decolonialidade ao combater o apagamento e epistemicídio desses saberes. A dimensão cultural é reforçada pela

Etnomusicologia, que amplia o entendimento da música para além da hegemonia ocidental, considerando seu contexto social e cultural.

O contexto histórico-social é enfatizado em História da Música no Brasil I e II, que reconhecem as influências indígenas, africanas e mestiças na identidade musical brasileira, enfrentando narrativas coloniais restritivas. Disciplinas como *Estética*, *Tópicos Especiais em Filosofia* e *Tópicos Especiais em História da Música* promovem uma reflexão crítica incorporando perspectivas não-ocidentais.

O currículo também demonstra preocupação com a prática pedagógica contextualizada e sensível às realidades locais, como nos Estágios Curriculares Supervisionados, que abrangem modalidades diversas, incluindo educação indígena, quilombola e do campo. As disciplinas de Prática Instrumental e Regência refletem essa pluralidade cultural ao integrar repertórios locais e populares.

Além disso, a experimentação e o uso da tecnologia são estimulados em Música e Tecnologia e Música Eletroacústica, abrindo espaço para concepções musicais contemporâneas e culturalmente diversas. O reconhecimento do corpo como instrumento musical em Percussão Corporal e Expressão Corporal amplia o campo de atuação ao integrar saberes tradicionais e modernos.

Em síntese, o PPC da UFMT articula disciplinas que promovem a valorização da diversidade cultural e musical, o questionamento dos paradigmas coloniais, a inclusão social e o compromisso ético com a transformação social, elementos essenciais à perspectiva decolonial na educação musical (Universidade Federal de Mato Grosso, 2022).

Panorama geral dos cursos analisados

A análise comparativa dos PPCs das licenciaturas em Música de quatro instituições públicas revela avanços e desafios na incorporação de perspectivas decoloniais. A Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) se destaca pela articulação entre práticas musicais populares (Arranjo e Criação Musical) e fundamentos teóricos (Etnomusicologia e Sociologia da Música), associando o ensino musical a direitos humanos e justiça social (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2019).

A Universidade Federal de Goiás (UFG) valoriza a música brasileira e latino-americana em disciplinas como Cultura Musical Brasileira e História da Música no Brasil, complementadas por oficinas de criação voltadas à experimentação sonora. A inclusão de LIBRAS reflete o compromisso com a acessibilidade e a diversidade (Universidade Federal de Goiás, 2019).

O Instituto Federal de Goiás (IFG) adota uma abordagem fortemente engajada com as relações étnico-raciais, tendo como eixo a disciplina Educação para as Relações Étnico-Raciais, em diálogo com Etnomusicologia. A realização de estágios em comunidades quilombolas exemplifica sua prática pedagógica interseccional e socialmente comprometida (Instituto Federal de Goiás, 2018).

Já a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) articula repertórios regionais em Canto Coral com atenção à educação inclusiva e à valorização de saberes indígenas, evidenciada nas disciplinas Etnologia e Educação Musical e Inclusão Social. A presença de Música e Tecnologia e Música Eletroacústica destaca a inovação como ferramenta de decolonização curricular (Universidade Federal de Mato Grosso, 2022).

Apesar das particularidades – como a ênfase na integração teoria-prática (UFMS e UFG), o trabalho com comunidades tradicionais (IFG) ou a relação entre tradição e tecnologia (UFMT) – todas compartilham o desafio de superar a segmentação das ações decoloniais. A análise revela que a descolonização curricular na formação musical está em curso, exigindo esforços contínuos para consolidar uma proposta crítica, plural e transformadora.

Conclusões

A colonialidade, conforme Queiroz (2020), refere-se à perpetuação de hierarquias culturais e epistemológicas impostas pela dominação eurocêntrica, marginalizando saberes não hegemônicos. Já o currículo, na perspectiva de Sacristán (2000), é um projeto cultural e político que materializa práticas educativas, influenciado por contextos históricos e relações de poder.

Com base nesses conceitos, esta pesquisa evidenciou a importância de incorporar perspectivas decoloniais nos currículos dos cursos de Licenciatura em Música na região Centro-Oeste do Brasil, destacando como as instituições públicas têm avançado na desconstrução de paradigmas eurocêntricos e na valorização da diversidade cultural

brasileira. A análise dos Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) da UFMS, UFG, IFG e UFMT revelou que, embora em diferentes graus, essas instituições estão comprometidas com a inclusão de repertórios locais e populares, a promoção da justiça social e a integração de saberes tradicionalmente marginalizados.

As disciplinas analisadas demonstram esforços significativos para romper com a colonialidade do saber, seja por meio da incorporação de músicas afro-brasileiras, indígenas e populares, seja pela adoção de metodologias críticas e inclusivas. No entanto, ainda há desafios a serem superados, como a necessidade de ampliar a representatividade de culturas não hegemônicas em todas as etapas da formação e garantir que as práticas pedagógicas reflitam de forma consistente os princípios decoloniais.

Para futuras pesquisas, sugere-se investigar como essas mudanças curriculares estão sendo implementadas na prática docente e como os estudantes estão recebendo e ressignificando esses conhecimentos. Além disso, seria relevante ampliar o escopo para outras regiões do Brasil, permitindo uma análise comparativa mais abrangente sobre as políticas de decolonialidade no ensino musical. Outro caminho promissor seria analisar o impacto dessas transformações na atuação dos egressos, verificando se as abordagens decoloniais estão de fato influenciando suas práticas pedagógicas em escolas e comunidades.

Este estudo reforça a urgência de repensar os currículos de formação musical como espaços de resistência e transformação, capazes de promover uma educação musical plural, crítica e socialmente engajada. A continuidade dessa pesquisa poderá contribuir para um mapeamento mais amplo das iniciativas decoloniais no ensino superior de Música, fortalecendo a luta por uma educação verdadeiramente inclusiva e representativa da diversidade cultural do país.

Referências

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. *PPC Final – Relatório Completo 2019/2*. Campo Grande, 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS. *Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Música*. Goiânia, GO, 2018. 212 p.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFUGUEL, R. (Org.). *El giro decolonial: reflexiones para uma diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 127-167. Disponível em: <http://ram-wan.net/restrepo/decolonial/17-maldonado-colonialidad%20del%20ser.pdf>.

MALHEIROS, Bruno. *Metodologia da Pesquisa em Educação*. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

MARTINS, Gilberto; THEÓPHILO, Carlos. *Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 32, n. 94, p. 1-18, 2017. Tradução Marco Oliveira. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v32n94/0102-6909-rbcsoc-3294022017.pdf>.

QUEIROZ, Luis Ricardo Silva. Até quando Brasil? Perspectivas decoloniais para (re)pensar o ensino superior em música. *PROA: Revista de Antropologia e Arte*, v. 1, n. 10, 2020.

QUIJANO, Anibal. Coloniality and modernity/rationality. *Cultural Studies*, v. 21, n. 2-3, p. 168-178, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09502380601164353>.

SACRISTÁN, J. *O Currículo: uma reflexão sobre a prática*. 3. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

SCHUBERT, W. H. *Curriculum: Perspective, Paradigm, and Possibility*. New York: Macmillan, 1986.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. *Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura*. Resolução CEPEC nº 1660, de 29 de novembro de 2019. Goiânia: UFG, 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. *Projeto Pedagógico de Curso de Graduação Música Licenciatura*. Cuiabá, 2022. 299 p.